



MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

TEXTOS SELECIONADOS

Wilson Fusco
Luana Junqueira Dias Myrrha
Jordana Cristina de Jesus

Organizadores

abep
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ESTUDOS POPULACIONAIS

ABRIL 2021



Migração, Trabalho e Gênero

Textos selecionados

Organizadores

Wilson Fusco

Luana Junqueira Dias Myrrha

Jordana Cristina de Jesus

Abril 2021

MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM DADOS DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

*Luana dos Santos Fraga**

*Izete Pengo Bagolin**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do nível de mobilidade intergeracional de educação de alunos do Ensino Superior que se formaram nos anos de 2006 e 2015 e identificar as características dos estudantes, das instituições de ensino e dos cursos que estão associadas a maiores chances de os formandos do Ensino Superior apresentarem um nível de escolaridade superior ao dos seus pais. Para a realização deste estudo, foram utilizados dados do ENADE de alunos dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas. Identificou-se que os estudantes que se formaram em 2006 e 2015, do gênero feminino, de menor renda, negros e de instituições privadas das regiões Sul e Sudeste do país apresentaram maiores chances de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação.

Palavras-chave: Mobilidade Intergeracional; Educação; Ensino Superior; Ciências Sociais Aplicadas.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, tem ocorrido um aumento na mobilidade intergeracional de educação no Brasil, ou seja, os indivíduos mais jovens estão estudando mais que seus pais. Apesar desse aumento, o país ainda está entre aqueles com maior grau de persistência intergeracional de educação (MAHLMEISTER et al., 2019). Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) ratifica tal situação, uma vez que verificou que descendentes de famílias brasileiras de baixa renda (entre os 10% mais pobres) podem levar até nove gerações para alcançarem a renda média do país.

Além disso, há evidências de que filhos negros de pais sem escolaridade possuem maiores chances de permanecerem no mesmo nível de educação do pai em comparação aos filhos brancos. Existem também diferenças no nível de mobilidade intergeracional de educação entre as regiões Sudeste e Nordeste do país, entre outros achados (FERREIRA; VELOSO, 2003; MAHLMEISTER et al., 2019). Para reverter essas discrepâncias, é fundamental diminuir as desvantagens de pessoas que tenham origem nos grupos menos

* Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: luana.fraga92@gmail.com

* Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: izete.bagolin@pucls.br

privilegiados da sociedade, bem como promover o acesso mais universalizado ao Ensino Superior (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

Dessa forma, sob a premente necessidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior, tem sido empreendida uma expansão no número de instituições e de vagas oferecidas (BORGES; RIBEIRO, 2019; LOPES, 2017). Como consequência disso, o número de ingressantes no Ensino Superior vem crescendo nos últimos anos, o que tem permitido que filhos de pais sem ou com pouca escolaridade alcancem esse nível de ensino. É importante, porém, verificar se o acesso a esse nível de escolaridade tem realmente atingido os indivíduos de diferentes níveis de renda, gênero, cor e estados brasileiros e como esses dados evoluíram entre o período analisado.

Ressalta-se que, ao longo desses anos, foram implementadas e alteradas diferentes políticas públicas, como, por exemplo, a criação de bolsas parciais e integrais por intermédio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), além da ampliação do número de vagas em universidades públicas, que foi possível após o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outras. Tais políticas podem colaborar para que filhos de pais com baixa escolaridade concluam o Ensino Superior e possam quebrar a chamada “armadilha” da pobreza, uma vez que esse nível de ensino tende a elevar as chances de conseguir empregos com salários e condições de trabalho melhores (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019; SALATA, 2018; HASENBALG, 2003).

Diante do contexto apresentado, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do nível de mobilidade intergeracional de educação de alunos do Ensino Superior que se formaram nos anos de 2006 e 2015 e identificar características que estão associadas a maiores chances de esses formandos apresentarem um nível de escolaridade maior que o dos seus pais. Mostra-se relevante essa análise porque, ao identificar o percentual de estudantes que são casos de mobilidade em relação a gênero, raça/cor, renda, regiões, organizações acadêmicas e cursos, traça-se um panorama da mobilidade educacional de indivíduos que concluem o Ensino Superior no Brasil.

Estudar e evidenciar características associadas à mobilidade intergeracional de educação ascendente contribuem para que planejadores de políticas públicas possam identificar grupos de indivíduos cujos pais possuem baixa escolaridade e focar em políticas que busquem alcançar jovens com características semelhantes.

A mobilidade intergeracional de educação é algo a ser buscado pelas famílias e pelos órgãos governamentais, pois é reconhecida como fundamental para o crescimento

econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento individual e social nos países em desenvolvimento, visto que gera instrumentos para o alcance de melhores ocupações e, conseqüentemente, maior renda (LI; ZHONG, 2017; TANSEL, 2002). Quanto aos cursos, é possível identificar se existem diferenças importantes no número de casos de mobilidade entre cursos de uma mesma área, no caso em estudo a de Ciências Sociais Aplicadas.

MÉTODOS

As evidências empíricas deste trabalho serão geradas com base nos microdados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) dos anos de 2006 e 2015. Para definição da mobilidade intergeracional de educação, são utilizados o grau de escolaridade do pai, da mãe e de ambos. Os níveis considerados são: nenhuma escolaridade, Ensino Fundamental (primeiras séries), Ensino Fundamental (últimas séries), Ensino Médio e Ensino Superior. Definiu-se como caso de mobilidade quando o pai e a mãe possuem escolaridade até o Ensino Médio. Desse modo, dado que os indivíduos que fazem o ENADE são aqueles que estão se formando, considerou-se que eles possuem escolaridade superior à dos seus pais, caracterizando assim casos de mobilidade intergeracional ascendente de educação.

Inicialmente, foi feita a análise descritiva com base em variáveis socioeconômicas, características da instituição de ensino (pública ou privada) e cursos. Posteriormente, realizou-se a Regressão Logística Binária Múltipla para os anos de 2006 e 2015 com as mesmas variáveis, sendo que a variável dependente é “mobilidade intergeracional de educação”, que possui como categorias: (1) sim, houve mobilidade ascendente; ou (0) não houve mobilidade ascendente. Essa regressão logística possibilita prever a probabilidade de um indivíduo superar a escolaridade ou a ocupação de sua mãe ou seu pai ($y=1$) segundo um conjunto de variáveis independentes. Pode-se prever qual das duas categorias (mobilidade ascendente/mobilidade descendente ou imobilidade) o indivíduo pertence após serem conhecidos os valores das variáveis previsoras.

RESULTADOS

Os resultados serão mostrados em tabelas. Na Tabela 1, a seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas para os anos de 2006 e 2015.

De maneira geral, os dados evidenciam que a maioria dos indivíduos que se formaram no Ensino Superior, seja em 2006 ou 2015, tem pais que possuem escolaridade até o Ensino Médio. Quando analisada a mobilidade por gênero, renda, cor ou raça e

regiões, esse resultado se repete para a grande maioria dos grupos. As exceções são aqueles estudantes que possuem renda familiar acima de 30 salários mínimos. Nesse grupo, a grande maioria dos pais possui Ensino Superior, representando, portanto, casos de imobilidade intergeracional de educação. As mulheres representam mais casos de mobilidade do que os homens, tanto em 2006 quanto em 2015. Quanto maior a renda, menor o número de indivíduos que representam casos de mobilidade social.

TABELA 1 – Panorama da mobilidade intergeracional de educação segundo as variáveis socioeconômicas

Mobilidade geral segundo as variáveis socioeconômicas	Variáveis	2006 ¹			2015 ²		
		Número de casos de mobilidade	Percentual de casos de mobilidade em relação a todos os indivíduos	Percentual de casos de mobilidade em relação ao número total de casos de mobilidade	Número de casos de mobilidade	Percentual de casos de mobilidade em relação a todos os indivíduos	Percentual de casos de mobilidade em relação ao número total de casos de mobilidade
Mobilidade intergeracional total	–	222.065	67.75	100.00	249.200	65.53	100.00
Mobilidade por gênero	Masculino	87.574	65.14	39.44	99.141	62.85	60.22
	Feminino	134.491	69.56	60.56	150.051	67.42	39.78
Mobilidade por nível de renda	Até 3 salários mínimos	74.411	85.19	33.77	104.187	81.13	41.81
	Mais de 3 até 10 salários mínimos	111.110	71.77	50.42	127.473	65.98	51.15
	Mais de 10 até 30 salários mínimos	32.036	45.09	14.54	15.724	33.65	6.31
	Mais de 30 salários mínimos	2.811	23.81	1.28	1.814	15.16	0.73
Mobilidade por cor	Branco	146.117	64.38	65.98	137.761	60.19	67.69
	Negro	13.847	80.87	6.25	22.044	76.92	8.85
	Pardo/mulato	55.307	75.71	24.98	84.046	73.57	33.73
	Amarelo	3.785	60.29	1.71	3.843	60.97	1.54
	Indígena	2.389	70.24	1.08	1.506	67.69	0.60
	Norte	11.074	69.30	4.99	3.804	64.35	6.90
Mobilidade por regiões	Nordeste	30.177	63.12	13.59	10.507	63.13	19.05
	Sudeste	114.487	67.98	51.56	22.684	63.93	41.12
	Sul	46.677	69.37	21.02	9.834	69.86	17.83
Organização acadêmica	Centro-Oeste	19.650	69.46	8.85	8.337	67.32	15.11
	Privada ³	192.523	68.98	86.70	137.861	69.23	55.32
	Pública ⁴	29.542	60.66	13.30	111.339	61.45	44.68
Número de observações total⁵		463.142				430.294	

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Notas:

¹ Em 2006, o ENADE foi feito pelos formandos de Administração; Direito; Comunicação Social; Ciências Econômicas; Psicologia; Ciências Contábeis; Design; Turismo; Teatro; Música; Biomedicina; Arquivologia; Biblioteconomia; Secretariado Executivo; Normal Superior.

² Em 2015, o ENADE foi feito pelos formandos de Administração; Direito; Ciências Econômicas; Psicologia; Ciências Contábeis; Design; Turismo; Secretariado Executivo; Relações Internacionais; Administração Pública; Teologia. *Foram excluídos os dados dos formandos em cursos técnicos de 2015.

³ Em 2006, como organizações acadêmicas privadas, foram considerados: centros universitários, faculdades integradas, faculdade, institutos superiores ou escolas superiores. Em 2015, como organizações acadêmicas privadas, foram considerados: centros universitários e faculdades.

⁴ Em 2006, como organizações acadêmicas públicas, foram considerados: universidades, centros federais de educação tecnológica, institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Em 2015, como organizações acadêmicas públicas, incluíram-se: universidades, centros federais de educação tecnológica e institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

⁵ Incluindo casos de mobilidade e imobilidade. *Foram excluídos os dados dos formandos em cursos técnicos de 2015.

Identificou-se que os negros representam a maior quantidade de casos de mobilidade ascendente em relação aos pais (80.87% em 2006 e 76.92% em 2015). Tratando-se das regiões, evidencia-se que na região Nordeste ocorrem os menores percentuais, tanto em 2006 quanto em 2015, de casos de mobilidade educacional ascendente. Em relação ao percentual de casos de mobilidade segundo variáveis de características da instituição de ensino, foi possível observar que estudantes que representam casos de mobilidade ascendente são presentes em maior percentual nas instituições privadas.

Na Tabela 2, a seguir são apresentados os percentuais de mobilidade por curso, sendo estes da área de Ciências Sociais Aplicadas.

TABELA 2 – Percentuais de mobilidade por curso

Cursos*	2006	2015
	Em relação ao pai e à mãe	Em relação ao pai e à mãe
Administração	75.22	75.01
Direito	60.38	54.34
Ciências Econômicas	65.63	53.11
Psicologia	59.13	63.03
Ciências Contábeis	81.84	80.04
Design	43.40	43.84
Turismo	59.10	64.84
Secretariado Executivo	83.09	76.90

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do INEP.

Notas: *Foram analisados somente os cursos que existiam em 2006 e 2015.

Mais especificamente, em relação ao ano de 2006, os formandos dos cursos de Design, Turismo e Psicologia apresentavam menor percentual de casos de mobilidade ascendente. Em 2015, esses casos eram representados, principalmente, por alunos dos cursos de Design, Ciências Econômicas e Direito.

A Tabela 3, na sequência, apresenta a regressão logística para o ano de 2006 e para o ano de 2015.

TABELA 3 – Regressão logística

Variáveis		2006	2015
		Odds Ratio (Desvio padrão)	Odds Ratio (Desvio padrão)
Sexo	Masculino	0.9028*** 0.0078	0.9341*** 0.0073
	Renda 2	0.5011*** 0.0058	0.4843*** 0.0043
Renda	Renda 3	0.1865*** 0.0024	0.1516*** 0.0019
	Renda 4	0.0740*** 0.0018	0.0555*** 0.00151
Cor/raça	Negro	1.8785*** 0.04078	1.8028*** 0.0287
	Pardo/Mulato	1.5631*** 0.0174	1.5964*** 0.0145
	Amarelo	0.8708*** 0.02524	0.9430** 0.0270
	Indígena	1.3338*** 0.0556	1.3687*** 0.0679
Região	Nordeste	0.7059*** 0.01538	0.9643* 0.01799
	Sudeste	1.0586*** 0.02139	1.3114*** 0.0232
	Sul	1.1865*** 0.02557	1.6922*** 0.03202
	Centro-Oeste	1.0433* 0.0249	1.3016*** 0.0265
Organização acadêmica	Pública	0.6471*** 0.0078	0.7558*** 0.0059
	Privada	0.5753*** 0.00667	0.4524*** 0.0043
Cursos	Ciências Econômicas	0.8306*** 0.02032	0.5832*** 0.0147
	Psicologia	0.5123*** 0.0088	0.5750*** 0.0090
	Ciências Contábeis	1.3717*** 0.02198	1.2206*** 0.0157
	Design	0.3028*** 0.0077	0.3065*** 0.0084
	Turismo	0.4511*** 0.0089	0.5583*** 0.0205
	Secretariado	1.3290*** 0.06125	0.9694 0.0619
	Pseudo-R2	0.1432	0.1436
	Observações	324.170	380.300

Fonte: As autoras (2021), com base nos dados do INEP.

Notas: ***Estatisticamente significativo ao nível de 1%. **Estatisticamente significativo ao nível de 5%. *Estatisticamente significativo ao nível de 10%.

No ano de 2006, os homens tinham 9,72% de chances a menos de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação ascendente (ter escolaridade superior à dos pais) do que as mulheres. De acordo com esse resultado, um maior número de homens, em comparação ao de mulheres, que estavam concluindo o Ensino Superior nesse ano tinha os pais com nível superior concluído. Isso indica que as mulheres, mais do que os homens, estavam buscando mais oportunidades com a conclusão do Ensino Superior, mesmo os pais tendo estudado no máximo até o Ensino Médio. Passados dez anos, os homens ainda apresentaram menor chance de representar um caso de mobilidade educacional, porém o percentual diminuiu para 6,59%.

Em relação à renda, identificou-se, em 2006 e 2015, que quanto mais recursos financeiros a família do estudante possui, menor são as chances de o indivíduo apresentar nível de escolaridade superior ao dos seus pais. Isso demonstra que quanto mais ricas as famílias, maior a possibilidade de os pais terem Ensino Superior. Em 2006, os indivíduos que tinham renda mensal familiar de 3 até 10 salários mínimos tinham 49,89% de chance a menos de possuir um nível de escolaridade maior que o dos seus pais, quando comparados com aqueles que declaravam possuir renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. Já aqueles com renda de 30 salários mínimos ou mais tinham 92,60% a menos de chance de terem estudado mais que os seus pais, quando comparados com aqueles com renda de até 3 salários mínimos. Em 2015, para representarem um caso de mobilidade, a chance dos estudantes que tinham renda familiar acima de 30 salários mínimos era 94,45% menor do que aqueles que apresentaram renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

Com esses resultados, é possível identificar que os indivíduos pertencentes a famílias de menor renda tiveram a oportunidade de alcançar o Ensino Superior, diferentemente dos seus pais, ou seja, entre a geração dos seus pais e a sua houve um avanço no nível de escolaridade nas famílias. Por outro lado, a grande maioria daqueles indivíduos de maior renda têm pais que já possuem Ensino Superior, indicando que a mobilidade intergeracional de educação se deu em gerações anteriores na sua família.

Cabe destacar que, quando analisados os percentuais de casos de mobilidade, apesar de resultar em um cenário muito positivo, ainda é apenas um começo do avanço educacional entre indivíduos pobres. Isso ocorre em função de o número absoluto de estudantes pertencentes a famílias de baixa renda concluindo o Ensino Superior ser menor do que o daqueles de maior renda.

Em relação à cor ou raça, nos dois anos analisados, verificou-se que tanto os negros quanto os pardos ou mulatos e indígenas apresentaram uma chance maior de

representar um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os brancos. No entanto, após dez anos, os percentuais diminuíram, não havendo diferença significativa entre os amarelos e brancos. Em 2006, em comparação aos brancos, os estudantes negros apresentaram 87,85% de chances a mais de serem casos de mobilidade intergeracional ascendente em relação aos seus pais; os pardos ou mulatos, 56,31% a mais de chances; os amarelos, 12,92% a menos de chances; os indígenas, 33,38% a mais de chances. No ano de 2015, os negros tinham 80,28% mais chances; os pardos ou mulatos, 59,64% mais chances; e os indígenas, 33,38% mais chances que os brancos de serem casos de mobilidade intergeracional de educação ascendente em relação aos seus pais.

Tais constatações indicam que, com o passar dos anos, aumentou o percentual de indivíduos não brancos que concluem o Ensino Superior, sendo estes filhos de pais que concluíram tal etapa de ensino. Isso indica que, apesar de lentamente, estão sendo dadas oportunidades reais a esses indivíduos, que são frutos de gerações anteriores que sofreram limitações para ascender socialmente.

No que se refere às regiões brasileiras, os resultados para ambos os anos, 2006 e 2015, indicaram que quem cursou o Ensino Superior em cidades situadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam mais chances de representar um caso de mobilidade intergeracional ascendente do que aqueles que estudaram na região Norte do país. Por outro lado, aqueles da região Nordeste apresentaram 29,41% menos chances de representarem um caso de mobilidade em relação aos da região Norte em 2006 e 3,57% menos chances em 2015.

Tais percentuais evidenciam a disparidade entre os estados nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior e o fato de que, nas regiões Nordeste e Norte, grande parte dos alunos que acessam as faculdades e universidades têm pais com alto nível de escolaridade. Isso significa que nessas regiões do país ainda prevalece a dificuldade para que filhos de pais com menor renda e menos anos de estudo consigam apresentar mobilidade em relação aos seus pais.

Quanto às organizações acadêmicas, em 2006, os indivíduos que cursaram o Ensino Superior em universidade pública apresentaram 35,29% a menos de chances de representarem um caso de mobilidade intergeracional quando comparados àqueles que cursaram em universidade privada; em 2015, esse percentual diminuiu para 24,42%. Isso demonstra que, muitas vezes, quem ingressa nas universidades públicas são aqueles indivíduos que os pais apresentam maior escolaridade e, conseqüentemente, maior nível de renda. Estes incentivam e investem mais para que os filhos cursem o nível superior,

principalmente em universidades públicas. Esses pais tendem a apresentar maior disponibilidade para investirem em boas escolas e cursos preparatórios para o vestibular, o que coloca seus filhos em melhores posições na concorrência entre as vagas nas universidades públicas, sobretudo naquelas que disponibilizam cursos muito concorridos.

Tratando-se dos formandos de diferentes cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, identificou-se que, em 2006, aqueles que cursaram Design, Turismo, Direito e Economia apresentaram, respectivamente, 69,72%, 54,89%, 42,47% e 16,94% menos chances de representarem um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os estudantes de Administração. Por outro lado, os alunos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo apresentaram 37,17% e 32,90%, respectivamente, de chances a mais do que os da Administração de terem atingido um grau de escolaridade mais elevado que o de seus pais.

Em 2015, o percentual dos alunos de Direito e Economia aumentou, demonstrando que, comparados à Administração, eles têm ainda menos chances de representar um caso de mobilidade (Direito – 54,76% a menos; Economia – 41,68% a menos). Ao contrário, os percentuais de diferença entre as chances de representar um caso de mobilidade de estudantes dos cursos de Psicologia, Contábeis e Turismo diminuíram, evidenciando que esses cursos, quando comparados à Administração, aumentaram as chances de representarem casos de mobilidade em relação ao ano de 2006 (Psicologia – 42,50% a menos; Contábeis – 22,06% a mais; Turismo – 44,17% a menos). Não houve diferença significativa entre os estudantes de Secretariado Executivo e Administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, foram investigados os percentuais de concluintes do Ensino Superior que representaram nos anos de 2006 e 2015 casos de mobilidade intergeracional de educação ascendente em relação aos seus pais. Além disso, foi possível evidenciar características de estudantes, instituições de ensino e cursos que estão associadas a maiores chances de os formandos do Ensino Superior apresentarem nível de escolaridade superior ao do seus pais.

Os resultados evidenciam que, independentemente do grupo analisado, se brancos ou negros, se estudaram em instituições públicas ou privadas, se homens ou mulheres, entre outros grupos, a maioria dos casos verificados foi de mobilidade intergeracional de educação (exceto de formandos cuja renda familiar mensal era maior que 10 salários mínimos) em ambos os anos analisados. Isso revela uma conquista por parte das famílias,

pois a conclusão do Ensino Superior pode gerar oportunidades ocupacionais mais valorizadas, e das instituições públicas, que estão desenvolvendo políticas para que indivíduos de menor renda e que moram longe de capitais estaduais possam ingressar e concluir o Ensino Superior.

Destaca-se que foi possível identificar um número maior de mulheres, em comparação aos homens, concluindo o Ensino Superior, apesar de os pais terem menor escolaridade, o que reflete um avanço em termos de conquistas do gênero feminino nas últimas décadas. Quando analisada a mobilidade de acordo com o número de salários mínimos das famílias, comprovou-se que quanto maior o nível de renda das famílias, maior a possibilidade de os pais terem Ensino Superior e, conseqüentemente, menos chances de os indivíduos serem casos de mobilidade educacional.

Verificou-se que tanto os negros como pardos ou mulatos e indígenas apresentaram chances maiores de representar um caso de mobilidade intergeracional de educação do que os brancos. No entanto, após dez anos, os percentuais diminuiriam. Tal resultado indica que os indivíduos brancos estavam em maior número nas universidades quando elas iniciaram seu funcionamento no Brasil, no início do século XIX.

Em relação às regiões brasileiras, foram identificadas disparidades entre os estados nas possibilidades de acesso ao Ensino Superior, evidenciando que, no Nordeste e Norte, os concluintes do Ensino Superior têm mais chances de os pais terem também concluído o Ensino Superior em comparação às outras regiões do país.

Demonstrou-se ainda que concluintes em universidades públicas têm pais com maior escolaridade do que os concluintes de instituições privadas. Isso se deve às questões relacionadas à facilidade no ingresso em instituições privadas, assim como ao turno das aulas em instituições públicas, que dificulta a possibilidade de trabalhar enquanto se está realizando o curso, e às bolsas de estudo, como, por exemplo, o Prouni.

Por fim, observou-se que concluintes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo têm mais chances de serem casos de mobilidade ascendente de educação do que aqueles de outros cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas.

Para estudos futuros, sugere-se que sejam incluídas outras áreas do conhecimento na pesquisa, visando possibilitar a investigação de possíveis discrepâncias importantes entre elas, quando considerado o percentual de concluintes que são casos de mobilidade intergeracional de educação. Como limitação da pesquisa, tem-se o fato de que não é

possível saber se a conclusão do Ensino Superior está possibilitando, nos casos de mobilidade, empregos adequados a tal nível de ensino.

REFERÊNCIAS

- BORGES, G. F. S.; RIBEIRO, E. A. A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação? **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v. 12, n. 1, p. 103-118, 2019.
- CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 3, p. 481-513, 2003.
- HASENBALG, C. A distribuição de recursos familiares. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2003. p. 55-84.
- LI, Z.; ZHONG, H. The impact of higher education expansion on intergenerational mobility: Evidence from China. **Economics of Transition**, Oxford, v. 25, n. 4, p. 575-591, 2017.
- LOPES, A. D. Affirmative action in Brazil: how students' field of study choice reproduces social inequalities. **Studies in Higher Education**, Inglaterra, v. 42, n. 12, p. 2343-2359, 2017.
- MAHLMEISTER, R. et al. Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 73, n. 2, p. 159-180, 2019.
- OECD – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **A broken social elevator? How to promote social mobility**. Paris, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/soc/Social-mobility-2018-Overview-MainFindings.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- SALATA, A. Higher education in Brazil in the last years: reduction in inequalities of access? **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.
- TANSEL, A. Determinants of school attainment of boys and girls in Turkey: individual, household and community factors. **Economics of Education Review**, Cambridge, v. 21, n. 5, p. 455-470, 2002.